



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLITICOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DESENVOLVIDOS PELA UFMA/ PARFOR.

Evanleide de Fátima Almeida Gusmão

Tátilla Edneures Ramos Costa

Maria Alice Melo- Orientadora

Universidade Federal do Maranhão-- eva_leide_02@hotmail.com, tatilacosta@hotmail.com

Resumo

O estudo de Cursos Especiais de Licenciatura em Pedagogia desenvolvidos pela UFMA/PARFOR integra uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Escola, Currículo, Formação e Trabalho Docente, do PPGE/UFMA. O estudo centrou-se nos cursos de Pedagogia oferecidos pelo PROFEPPAR/PARFOR. A pesquisa tem como objetivo compreender o Projeto Político Pedagógico (PPP) de Cursos Especiais de Licenciatura em Pedagogia. Os estudos fundamentaram-se em Ferreira(2013), Neto (2006), Ramalho, Nuñez e Gauthier (1997), Gatti (2011) entre outros. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que o PPP do curso em foco, foi estudado em confronto com o PPP do Curso regular de Pedagogia. O PARFOR foi lançado em 2009 com a finalidade de desenvolver cursos de licenciaturas direcionados à formação de professores das redes estaduais e municipais. São ministrados por instituições de ensino superior e constituem turmas especiais dos cursos regulares oferecidos por estas instituições. A Universidade Federal do Maranhão possui 18 pólos que desenvolvem cursos de primeira e segunda licenciatura. Em relação aos Currículos do Curso Especial e do Curso regular de Pedagogia constatamos que os cursos diferem em relação às disciplinas oferecidas, pois o curso especial apresenta 43 disciplinas básicas e 15 de aprofundamentos e o regular 44 disciplinas básicas e 31 de aprofundamentos. Nos dois está incluída a elaboração da monografia. Cabe ainda destacar que algumas disciplinas apresentam nomenclatura diferentes em cada curso. O prosseguimento dos estudos possibilitará a compreensão mais aprofundada sobre o assunto em pauta.

Palavras chaves: PARFOR, Formação Docente, Projeto Político Pedagógico.

1. INTRODUÇÃO



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Nos últimos 25 anos a formação de professores tem sido objeto de inúmeras discussões por parte dos educadores, gestores, políticos bem como de associações da sociedade civil. A preocupação desses segmentos impulsionou a organização de vários programas objetivando a elevação da formação dos professores da Educação Básica.

De acordo com Gatti (2011)

Depois que o governo federal detectou uma grande dispersão e fragmentação das políticas docentes, no país bem como um descompasso entre os programas de formação para o magistério, tomou uma série de iniciativas, tendo em vista promover a sua articulação, em busca de assegurar, uma educação de qualidade á todos. Elas visam instituir a formação inicial exigida pela Lei 9.394/96 e também pela formação continuada, ofertando assim uma diversidade de ofertas, segundo as etapas e as modalidades da educação básica, as características dos alunos e as necessidades locais.

(Gatti, 2011,p.49)

Como podemos ver as políticas de formação de professores não surgiram de uma hora para outra, foram resultado de muitas lutas, na perspectiva da existência de uma política global de formação e valorização dos profissionais da educação.

Em 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que torna obrigatória a formação em nível superior dos professores da educação básica, podendo ser admitido a formação de nível médio para os professores da educação infantil conforme determinado nos artigos 61 e 62 da referida Lei.

Nesse sentido foi organizado o PARFOR- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, que tem como finalidade oferecer formação para os profissionais da educação Básica que ainda não estão habilitados, ou que lecionam em outra área que não é a de sua formação. Dessa forma, vem justamente, propor uma primeira licenciatura e também oferecer a segunda licenciatura para que os profissionais possam obter a formação exigida pela LDB. Na perspectiva de proporcionar mais qualidade à educação oferecida pelas escolas públicas. O PARFOR foi instituído pelo Governo Federal como uma ação estratégica do Ministério da Educação (MEC), que procura concretizar o princípio de colaboração com as secretárias de educação dos estados e dos municípios e as instituições de ensino superior.



Cabe ressaltar que o PARFOR na UFMA recebeu uma outra nomenclatura PROFEBPAR- Programa de Formação de Professores da Educação Básica que se insere no compromisso pela melhoria da qualidade do ensino da educação básica, com a efetiva participação da universidade. Nesse sentido este artigo tem por objetivo analisar os projetos Políticos- Pedagógicos dos cursos especiais de graduação em Pedagogia- UFMA/ PARFOR, identificando assim se existe diferenças entre o mesmo curso ofertado pela mesma instituição de ensino. Para tanto utilizamos uma abordagem qualitativa. À luz dos autores Ferreira(2013), Neto (2006), Ramalho, Nuñez e Gauthier (1997), Gatti (2011) que foram importantes para fundamentar a essa pesquisa.

2. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Para estudarmos sobre formação de professores, é necessário que façamos uma articulação com o contexto das reformas educacionais e políticas, ocorridas no país a partir dos anos de 1990. Nesse contexto destacamos também o movimento dos educadores que por meio de intensas lutas tem conseguido incorporar algumas de suas reivindicações aos textos normativos. De acordo com Neto (2006) as reformas educacionais constituem um conjunto de iniciativas governamentais implementadas com o objetivo de instituir novas bases e diretrizes para a educação nacional.

Por meio de reuniões, conferências e acordos entre organismos internacionais, ficou patente para muitos países a necessidade de realização de reformas educacionais para que pudessem enfrentar os grandes problemas da educação, sobretudo referentes a universalização e a qualidade da educação, bem como atender a um novo perfil profissional requerido pelas transformações sociais

Para melhor entendimento deste cenário, destacamos alguns momentos que foram importantes na trajetória do processo de formação dos educadores. De acordo com Setubal (2001) a década de 1990 pode ser considerada de grande importância para a educação



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

brasileira, tendo em vista a mobilização de parte significativa da sociedade civil e de instituições governamentais pela universalização e a melhoria da qualidade do ensino.

Nesse sentido, a década de 1990 foi um período de formulação e reformulação de vários decretos e leis que institucionalizaram alguns aspectos da educação. Assim, em 1995 foram instituídos os Parâmetros Curriculares Nacionais; em 1996 houve a promulgação da nova Lei e Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96) e da Lei do Fundef (Lei 9424/96) e outras tantas resoluções, pareceres e atos normativos foram instituídos para regulamentar a educação e a formação docente no país. A educação e a formação de professores ganham nesta década, importantes estratégias para a implementação das reformas educativa.

De acordo com Tanuri (2000) [...] com a aprovação da nova LDB (Lei 9394/96) que superando a polêmica relativa ao nível de formação – médio ou superior – elevou a formação do professor das séries iniciais ao nível superior, estabelecendo que ela se daria em universidades e em institutos superiores de educação, nas licenciaturas e em cursos normais superiores.

Conforme apontado a criação do FUNDEF propiciou a oferta de cursos superiores por IES públicas e privadas voltados para o atendimento de professores das redes estaduais e municipais de ensino por meio de convênios firmados entre essas instituições. A expansão desordenada desses cursos de formação aliado à reivindicação dos movimentos de educadores pela formação docente fortaleceu a necessidade de uma política nacional voltada para a valorização do magistério.

Cabe destacar que o Ministério de Educação, nessa época, já condenava vários programas de formação, tais como: Prodocência, PIBID e outros, conforme constatados em levantamento sobre os programas e projetos sob a coordenação da Diretoria de Educação Básica- DEB

Dentre as medidas adotadas pelo Governo Federal temos a instituição do PARFOR- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, criado para contribuir na formação dos professores da Educação Básica.



De acordo com a CAPES (2010) O PARFOR, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 para atender o disposto artigo 11, inciso III

III - oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica, que sejam:

- a) graduados não licenciados;
- b) licenciados em área diversa da atuação docente.

(BRASIL. Decreto nº 6.755/09)

Vale ressaltar que o funcionamento do programa PARFOR, deverá ocorrer em regime de colaboração entre a CAPES, os estados, os municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior- IES, com a utilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação_ FNDE e do Fundo de Manutenção e de Valorização dos Profissionais da Educação _ (Fundeb).

Em 2010 o Programa teve sua efetiva implementação na Universidade Federal do Maranhão –UFMA, através da Resolução nº 13 de 20 de maio de 2010 para desenvolver cursos de primeira e segunda licenciatura em municípios maranhenses.

Segundo Ferreira (2013) o PARFOR na Universidade Federal do Maranhão-UFMA, no período de 2010-2012 atendeu através do PROFEBAR 18 municípios com cursos de primeira licenciatura em Pedagogia e segunda licenciatura nos seguintes municípios. Pólo: Buriti Bravo, Bom Jesus das Selvas, Caxias, Codó, Coroatá, Humberto de Campos, Imperatriz, Lago da Pedra, Magalhães de Almeida, Nina Rodrigues, Pindaré-Mirim, Poção de Pedras. Nesses pólos foram desenvolvidos os seguintes cursos: Pedagogia, Ciências Sociais, Ed. Física, Geografia, História, Letras/Português, Letras/Inglês, Letras/ Espanhol, Matemática, Sociologia, e Física.

A UFMA adotou uma distribuição dos cursos por pólos em diferentes regiões geográficas no estado do Maranhão. O quadro a seguir demonstrar a quantidade de pólos atingidos no período de 2009 - 2012.

ANOS	Nº DE PÓLOS
------	-------------



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2009	7
2010	14
2011	7
2012	5

Fonte- Documentos do PARFOR

Os cursos desenvolvidos nesses pólos são em sua maioria de Pedagogia, uma vez que é nos anos iniciais do Ensino Fundamental que se concentram o maior número de professores sem a formação em nível superior.

No sentido de estender a formação superior aos professores em exercício nas redes estaduais e municipais o Decreto nº 6.755/09 institui no Art. 10, que a CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior passou a incentivar a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica, mediante fomento a programas de iniciação à docência e concessão de bolsas a estudantes matriculados em cursos de licenciatura de graduação plena nas instituições de educação superior.

De acordo com Gatti (2011) a Capes gerencia e acompanha o processo de proposição, inscrição e execução dos planos estratégicos dos estados em parcerias com as IESs participantes, os quais devem propor cursos para atender às carências regionais, em áreas estratégicas, respaldadas pelos Fóruns Estaduais de apoio à Formação Docente.

E a formulação do PARFOR, na modalidade presencial apresenta-se como um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES. O PARFOR integra o Plano de Ações Articuladas (PAR), no bojo do Plano de desenvolvimento da educação.

O Programa fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de:

I.Primeira licenciatura – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se dispunham a realizar curso



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula;
II. Segunda licenciatura – para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de Educação Básica; e
III. Formação pedagógica – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

(BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009)

3. ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PARFOR/PROFEBPAR E PEDAGOGIA

Sendo que depois de compreendermos acerca do programa PARFOR, foi necessário analisarmos o Projeto Político Pedagógico do PARFOR/ PROFEBPAR de Pedagogia, e do PPP do curso de Pedagogia para entendermos no que estes se assemelham e/ou se diferem.

Na concepção de Vasconcellos (2004) Projeto Político Pedagógico é um plano global da instituição, pode ser entendido como sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que defini claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico metodológico para intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Destacamos que o Projeto Político Pedagógico dos dois Cursos em análise foi construído com a participação dois Departamentos Acadêmicos que integram o Curso de Pedagogia- Departamento de Educação I e Departamento de Educação II.

No decorrer da análise do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia- Curso I, e do Projeto Político Pedagógico do Curso Especial de Licenciatura em Pedagogia PARFOR/ PROFEBPAR –Curso II .Destacando assim os seguintes aspectos:

1-Quanto ao perfil dos egressos

No que se refere ao perfil profissional do egresso constatamos que ambos os Cursos I e II formam pedagogo com as seguintes dimensões: Docência, Planejamento e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Gestão de Sistemas Educacionais, Investigação, porém no PPP do Curso II acrescenta-se mais uma dimensão que é a extensão, na perspectiva de que o egresso possa estabelecer uma relação forte com a comunidade trocando experiências com outros profissionais como elemento indispensável no seu processo de formação inicial e contínua, participando de seminários interdisciplinares. Por fim, os egressos dos Cursos I e II devem estar apto ao exercício da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além de poder exercer gestão de escolas e de sistemas educacionais.

2-Quanto aos objetivos gerais

Quando se trata dos objetivos gerais do PPP do Curso I é compreender o caráter histórico, sócio-político e cultural da educação, permitindo direcionar o trabalho pedagógico para a construção de uma sociedade democrática, justa, igualitária e humanizada, e também compreender as necessidades e aspirações da sociedade no que se refere ao campo educacional, empenhando-se na luta pela democratização dos conhecimentos histórico-culturais e na construção de uma educação pública de qualidade.

Nos objetivos gerais podemos observar mesmo que sejam redigidos de maneira diferente, possuem a mesma intenção, o Curso II tem como objetivo geral formar licenciados em pedagogia, com graduação plena, para o exercício da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Pretende ainda qualificar professores da rede pública em nível superior, como forma de contribuir para a melhoria da qualidade da educação no estado do Maranhão. Sendo que este programa forma professores que já estão em exercício, ou seja, já possuem a experiência de sala de aula.

3-Quanto a organização curricular

Quando se trata da organização curricular, em cada PPP esta parte é nomeada de forma diferente, no Curso II se chama “Estrutura Curricular” e no Curso I se utiliza a nomenclatura “Organização Curricular”, mas mesmo com nomes diferentes ambos têm o mesmo significado, ou seja é o modo como cada PPP estrutura seu currículo- disciplina, cargas horárias, ementas, avaliação entre outros aspectos.

Segundo De Alba in apud Ramalho, Nuñez e Gauthier o processo de determinação curricular consiste na definição dos aspectos centrais estruturantes de um



currículo que se gera e se desenvolve no âmbito social amplo, articulados a projetos sociopolíticos.

Na organização Curricular do Curso I o currículo se constitui a partir de eixos científicos e culturais e das experiências educativas, nas quais as disciplinas são trabalhadas a partir eixos formativos, com o objetivo de formar profissionais de educação. Isso implica em planejar e desenvolver uma proposta curricular articulada aos conhecimentos teóricos – práticos necessários à prática educativa. Podemos observar que no Curso II o currículo se divide em núcleos temáticos enquanto que no Curso I o currículo se organiza em eixos formativos.(Anexo 1)

A Estrutura Curricular do Curso II está organizada da seguinte maneira: um comum obrigatório e núcleos temáticos integrados por seminários interdisciplinares que objetivam desenvolver as habilidades de estudo, reflexividade sobre o cotidiano escolar e a elaboração e apresentação de trabalhos científicos acerca do desenvolvimento de ações pedagógicas.(Anexo2)

4- Quanto a carga horária

Quando se trata da carga horária do Curso II totaliza 3.210 horas distribuídas em 4 anos. Com ofertas do curso ser realizado nos finais de semanas e /ou intensivo no período das férias escolares, e possui 66 professores que trabalham neste programa. Possui 43 disciplinas com a Monografia, além do que existe mais 15 disciplinas que fazem parte do Núcleo de Aprofundamento. Importante ressaltar que este PPP do PARFOR/ PROFEBPAR é do ano de 2010.

Já o Curso I possui uma carga horária de 3.315 horas, tendo 105 horas a mais do que o POFEBCPAR. E seu funcionamento é durante o turno vespertino ou noturno, e possui 71 Docentes, e este possui 44 disciplinas com a monografia, sendo que existe mais 31 disciplinas ofertadas como opção de aprofundamento de Núcleos Temáticos e Estudos diversificados.Importante ressaltar que este PPP está datado de 2007.



No Curso II encontramos disciplinas que diferem do Curso I no entanto existem algumas que apesar de terem o nome diferente na ementa podemos constatar que se trata da mesma disciplina. O Estágio em Gestão e Organização da Educação Básica possui 135 horas, e é semelhante ao Estágio em Gestão e Organização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com carga horária de 90 horas, embora este tenha o nome diferente, a ementa é a mesma.

Outro caso ocorre com a disciplina de Didática I do Curso I com carga horária de 60 horas, tem quase a mesma ementa da Teorias do Ensino 60 horas do PARFOR/PROFEBPAR. Essas disciplinas apresentam e utilizam as mesmas referências em ambos PPP.

De modo que também podemos observar que as disciplinas são as mesmas tanto para o PROFEBPAR quanto para o Curso regular de Pedagogia, como no caso de estudos comparados, Filosofia I e II, História da Educação, Psicologia I e II, Pesquisa Educacional I e II, porém apenas no PPP do PARFOR/PROFEBPAR encontramos Pesquisa Educacional III, assim como encontramos muitas outras disciplinas diferentes como seminários Interdisciplinares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto percebe-se que as políticas de Formação de Professores decorre de muitos embates entre os diversos seguimentos sociais envolvidos nessa questão. No entanto muitos avanços ocorrem nesses últimos 30 anos.

Avanços esses que foram sentidos com a expansão da Educação Superior no Brasil e também no estado do Maranhão, por meio da oferta de mais vagas nos cursos, a criação de novas Instituições de Ensino Superior dando oportunidade às pessoas para tornarem profissionais de nível superior.

No decorrer desta pesquisa percebemos a importância das políticas de formação para os profissionais da área da Educação, pois foi por meio delas que foram criados e implantados diversos programas.

Esta pesquisa vem justamente nos situar sobre a implementação de diversos projetos e programas que foram criados para oferecer uma educação pública de qualidade,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

entre eles o PARFOR- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica que através da LDB_ Lei de Diretrizes e Bases da Educação lei de nº9394/96 dá maior legitimidade a profissão do professor, ampliando direitos, deveres, a valorização destes profissionais

E também ampliarmos nosso conhecimento acerca dos cursos de licenciatura em pedagogia desenvolvidos pela UFMA/PARFOR que foi um programa lançado pelo Ministério da Educação com objetivo de oferecer em caráter emergencial, formação inicial a professores da rede pública da educação básica, em efetivo exercício do magistério há pelo menos três anos sem formação em nível superior.

De modo que muitas das vezes os próprios professores não sabem quais as leis, decretos, pareceres que lhes dão um amparo legal sobre a sua função docente, por isso nesta pesquisa foi necessário que fizéssemos um levantamento sobre as leis que dão amparo e legalizam a formação docente, dando assim legitimidade para o exercício da profissão, é importante que todos os profissionais da educação conheçam e utilizem as leis para argumentarem em seu favor, quando assim for necessário.

A análise do projeto Político Pedagógico do PARFOR/PROFEBPAR de Pedagogia e do curso de licenciatura regular permitiu-nos perceber que os professores estaduais e municipais participantes desses cursos especiais desenvolvem um processo formativo semelhante. E mesmo sendo um curso emergencial atende as exigências colocadas para a formação de um profissional da área de educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA NETO, José. Formação de professores no contexto das reformas educacionais e do Estado. In: BATISTA NETO, José e SANTIAGO, Maria Eliete (Org). Formação de professores e práticas pedagógicas. 1. Ed. Recife: Massangana, 2006, v. 1, p. 55-71.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRASIL. Ministério da educação. CAPES. Coordenação de Pessoa do Nível Superior. 12 de Janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educação-basica/parfor>. Acessado em 28 de março de 2015.

_____. BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. BRANDÃO, Carl.

_____. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 009/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília/DF: MEC, 08/05/ 2001.

_____. BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e dá outras providências. Brasília/DF: MEC, 2009.

FERREIRA, Cristina Torres da. Concepção e implementação do plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR no estado do Maranhão. (ANPAE-MA) 26 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.academia/edu>. Acesso em: 28 de março de 2015.

GATTI, Bernadete Angelina. Políticas docentes no nível federal: a perspectiva de um sistema nacional de educação.- Brasília: UNESCO, 2011.p.49- 146.

Korth, H.F. e Silberschatz, A.; Sistemas de Bancos de Dados, Makron Books, 2ª

RAMALHO, Betania Leite, ÑUNEZ, Isauro Beltrán e GAUTHIER, Clemont. **Formar o professor- profissionalizar o ensino: perspectiva e desafios.** ED. Sulina. 1997

SETUBAL. Maria Alice. (Coord); LOPES, Valéria Virgínia; HUBNER, Alexandre. **Educação básica no Brasil nos anos 90: políticas governamentais ações da sociedade civil.**- São Paulo: Cenpec, 2001.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

TANURI, L. M. História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº. 14, maio/ agosto. 2000

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico.-São Paulo:Libertad Editora;2004